

[Página Principal](#) > ... > [Formação, Redes Judiciárias e Agências](#) > [Rede Judiciária Europeia Em Matéria Civil e Comercial](#) > [Acerca Da Rede](#) > [Romania](#)

Acerca da rede

 Roménia

Conteúdo fornecido por



European Judicial Network
(in civil and commercial
matters)

A Rede de Correspondentes Locais de Assistência Judiciária Internacional (*Rețeaua de corespondenți locali în domeniul asistenței judiciare internaționale*) foi criada em 2001 de acordo com um despacho do Ministro da Justiça, tendo por base o modelo da Rede Judiciária Europeia.

Em março de 2004, na sequência de dois despachos do Ministro da Justiça, esta rede foi reorganizada em duas redes especializadas: a Rede Judiciária Romena em Matéria Penal (*Rețeaua Judiciară Română în materie penală*), que corresponde à Rede Judiciária Europeia, e a Rede Judiciária Romena em Matéria Civil e Comercial (*Rețeaua Judiciară Română în materie civilă și comercială*), que corresponde à Rede Judiciária Europeia em matéria Civil e Comercial.

A Rede Judiciária Romena em Matéria Civil e Comercial foi posteriormente reorganizada em várias ocasiões (em 2005, 2007, 2010, 2014, 2016, 2019, 2022 e 2024), na sequência de alterações à legislação pertinente da UE e de alterações aplicáveis aos funcionários que trabalhavam no sistema judiciário nacional.

Por despacho n.º 2656/C do Ministro da Justiça, de 6 de novembro de 2024, a última atualização foi realizada de acordo com a Decisão n.º 568/2009/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2009, que altera a Decisão 2001/470/CE do Conselho, de 28 de maio de 2001. O despacho foi elaborado em conformidade com o despacho do Governo n.º 123/2007 sobre determinadas medidas destinadas ao reforço da cooperação judiciária com os Estados-Membros da União Europeia, aprovado com alterações pela Lei n.º 85/2008.

A Roménia nomeou três pontos de contacto nacionais para a Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial. Estes pontos de contacto da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial localizam-se no Ministério da Justiça e asseguram o cumprimento dos deveres no âmbito da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial.

Em conformidade com o artigo 6.º do Despacho n.º 2656/C do Ministro da Justiça, de 6 de novembro de 2024, a Rede Judiciária Romena em Matéria Civil e Comercial é composta por um juiz na qualidade de membro titular e por um juiz na qualidade de suplente de cada um dos seguintes membros: o Supremo Tribunal de Cassação e Justiça, os tribunais de recurso e os tribunais/secções especializados para menores e famílias. A rede inclui igualmente os profissionais do direito equivalentes a juizes, procuradores e outros funcionários públicos da Direção do Direito Internacional e da Cooperação Judiciária, que cumpre as funções atribuídas ao Ministério da Justiça enquanto autoridade central no domínio da cooperação judiciária internacional em matéria civil e comercial. Além disso, a rede inclui um representante designado de cada uma das associações profissionais de notários públicos (*notari publici*), oficiais de justiça/oficiais de justiça (*executori judecătorești*), advogados (*avocați*) e mediadores (*mediatori*) na Roménia. Os pontos de contacto nacionais da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial são membros de pleno direito da Rede Judiciária Romena em Matéria Civil e Comercial.

Os juizes que são membros da Rede Judiciária Romena são designados por decisão do Conselho Superior de Magistratura (*Consiliul Superior al Magistraturii*).

[Broșură \(330.07 KB - PDF\)](#) [RO](#)

Última atualização: 09/01/2026

A manutenção da versão desta página na língua nacional é da responsabilidade do respetivo ponto de contacto para a Rede Judiciária Europeia. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão e a RJE declinam toda e qualquer responsabilidade relativamente às informações ou dados contidos ou referidos no presente documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.